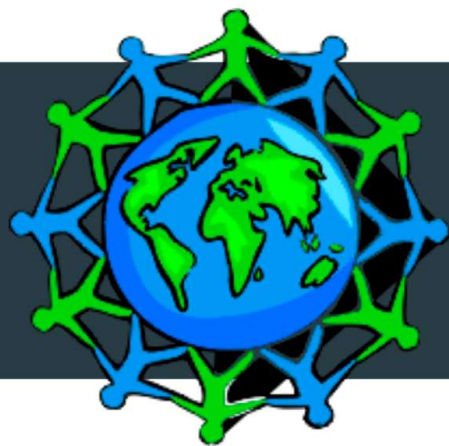




Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA: contribuições para o debate a partir da formação do estado- latino-americano

PARTICULARITIES OF THE BRAZILIAN “SOCIAL ISSUE”: contributions to the debate
based on the formation of the Latin American state

Eduarda Salla ¹

Júlia Isotton ²

RESUMO

A “questão social” tem sua origem demarcada pela constituição e desenvolvimento do capitalismo e assume particularidades de acordo com as regiões analisadas em relação ao movimento de acumulação capitalista. No Brasil, tais particularidades estão estreitamente ligadas ao processo de formação do Estado latino-americano, o qual se insere como um país dependente na lógica de acumulação capitalista, devido aos processos peculiares da formação sócio-histórica da América latina. O presente artigo tem como finalidade abordar a constituição da “questão social”, destacar elementos centrais da formação sócio-histórica da América Latina e refletir sobre as especificidades que conformam a “questão social” brasileira.

Palavras-Chaves: Questão Social; Acumulação capitalista; Estado Latino-Americano; Brasil.

ABSTRACT

The “social question” has its origin delimited by the constitution and development of capitalism and takes on particularities according to the analyzed regions in relation to the capitalist accumulation movement. In Brazil, these particularities are closely related to the

¹ Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de iniciação científica/PIBIC vinculada ao grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas. E-mail: eduardasallamarcelino@gmail.com.

² Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: isottonjulia@gmail.com.

formation process of the Latin-American State, which insert itself as a dependent country on the capitalist accumulation logic, due to its peculiar processes in the social-historical formation of Latin America. The present paper aims to approach the “social question” constitution, highlight the central elements of the social-historical formation of Latin America and reflect on the specificities that conform the Brazilian “social question”.

KEYWORDS: Social Question, Capitalist accumulation; Latin-American State; Brazil.

INTRODUÇÃO

Considerando-se a necessidade de avançar cada vez mais nas reflexões acerca da “questão social” brasileira, compreendendo-a em relação ao processo geral de desenvolvimento e acumulação capitalista, da formação sócio-histórico do estado latino-americano e em especial o caso do Brasil, o presente trabalho foi elaborado a partir de revisão bibliográfica de autores (principalmente da área do Serviço Social) alinhados ao método materialista dialético, os quais a partir da teoria social crítica, podem auxiliar na análise das raízes da “questão social” inserida no desenvolvimento do capitalismo dependente.

As reflexões apresentadas no trabalho são frutos do interesse estudantil pela investigação da realidade, bem como produtos parciais desenvolvidos no âmbito do grupo de estudos da pesquisa intitulada *A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria Marxista da Dependência* que tem por objetivo analisar a questão do Estado no Capitalismo dependente, decifrando a contradição entre a ideologia da modernização do Estado latino-americano e sua expressão fenomênica concreta - como coadjuvante no processo de aprofundamento da desigualdade social, produto da sobreposição entre subdesenvolvimento e dependência.

2 ELEMENTOS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Segundo Netto (2001), a expressão “questão social” surge por volta da terceira década do século XIX, sendo utilizada por autores de diferentes concepções políticas

para explicar o fenômeno oriundo da primeira onda industrializante na Inglaterra: o pauperismo, isto é, a pobreza acentuada e generalizada, que será abordada mais adiante. O autor atenta para o fato de que a definição da “questão social” está diretamente ligada aos desenrolar sócio-político daquele momento histórico:

Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como “questão social”. (NETTO, 2001, p. 43)

A partir do surgimento do termo, e posteriormente do seu uso majoritário pelo ideário conservador que buscava apagar sua historicidade, naturalizando as expressões da “questão social”³ (desemprego, doenças, fome etc.) colocando-as como desdobramentos de qualquer ordem social e passíveis de amenização através de reformas morais e da sociedade, fica evidente o solo de disputa sobre o qual se move a “questão social”. Esta é, conforme Iamamoto, “indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais.” (2001, p.10)

A compreensão teórica da origem e dos processos de reprodução da “questão social” vieram mais adiante, com a publicação de O Capital e o desvelamento de sua dinâmica complexa que não pode imediatamente reduzir-se ao pauperismo (NETTO, 2001, p. 45). A partir daí avança-se no entendimento da ordem de produção capitalista, que indissociavelmente produz e reproduz suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e formas sociais historicamente determinadas pelas quais se realiza. (IAMAMOTO, 2001, p. 11)

³ O uso das aspas em todo o texto decorre da concordância com Netto, quando este apresenta o desenvolvimento do uso da expressão “questão social” e da tomada de consciência política, durante a Revolução Francesa, acerca do antagonismo de interesses entre as classes fundamentais, resultando na apreensão por parte do proletariado de que o que se chamava de “questão social” só seria efetivamente resolvido com a derrubada da ordem burguesa. Ou seja, foi adquirida a clareza de que o reformismo, conservador da propriedade privada dos meios de produção, não era o bastante: “A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador”. (2001, p. 44-45)

Quando Marx diz que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (1988, p. 45), ele está falando inclusive do trabalhador, que para sobreviver aparece como vendedor da sua própria força de trabalho, da sua capacidade de trabalho que é vendida, por um tempo e salário determinados, a outro que detém o capital:

Assim os agentes principais dessa sociedade - o capitalista e o trabalhador assalariado - aparecem como personificações do capital e do trabalho, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos dessas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo. (IAMAMOTO, 2001, p. 13)

Nesse sentido, é importante que ressaltar que a própria produção de mercadorias tem como finalidade a extração de mais valia, e não a satisfação das necessidades sociais da humanidade. Dessa forma, aproxima-se cada vez mais a reflexão sobre a gênese da “questão social”:

Com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na composição técnica e de valor do capital. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. Reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. (IAMAMOTO, 2001, p. 14)

Decorre do avanço da ciência as tecnologias capazes de produzir mais em menos tempo, conformando um processo de investimento massivo em capital constante (máquinas) em detrimento do capital variável (trabalhadores). Como Iamamoto aponta, a população trabalhadora cresce mais rápido que os meios de sua ocupação, e soma-se à isso o interesse dos capitalistas, que intensificam cada vez mais a jornada de trabalho do menor número de trabalhadores, garantindo a extração da mais valia absoluta e relativa. (2001, p. 14) Assim cresce a superpopulação relativa, a concorrência entre trabalhadores e a submissão generalizada aos baixos salários.

De forma contraditória, a pobreza cresce na mesma medida em que cresce a capacidade social de produzir riquezas, tem-se assim o crescimento do pauperismo enquanto condição da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza, amplo

segmento⁴ formado por desempregados aptos ao trabalho e incapacitados para o trabalho, cuja sobrevivência depende da renda dos demais:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências de riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superexploração consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. (MARX, 1985, p.209)

Desta forma, compreende-se que a acumulação da miséria em relação à acumulação do capital é a raiz⁵ da chamada “questão social”, que envolve um conjunto de expressões que só podem ser analisadas no contexto da sociedade capitalista e das intermediações do Estado, considerando sua gênese comum na coletivização do trabalho que produz a riqueza social e na apropriação privada desta. A pobreza, exclusão e subalternidade são face da forma com que uma determinada classe (levando em consideração condições como gênero, etnia e outros) se insere na vida social, isto é, na produção e reprodução das relações de desigualdade em todos os planos. (YAZBEK, 2001 p.34).

Tendo em vista aspectos gerais de constituição da “questão social” enquanto fenômeno e categoria, é momento de introduzir elementos iluminem as particularidades do processo de acumulação capitalista na formação sócio-histórica do Brasil:

Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto

⁴ “A superpopulação relativa e como ela adquire expressões variadas: a) flutuante – constituída pelos trabalhadores que perambulam entre o emprego e o desemprego, suas ocupações são determinadas pelas necessidades da indústria ou dos ramos da produção de acordo com as condições estruturais do mercado capitalista; b) latente – resultado da mecanização e desenvolvimento das relações de produção capitalista no campo que elimina muitos trabalhadores e os forçam a migrarem para as cidades ou outros locais que ofereçam emprego; c) estagnada – trabalhadores que tem sua vida no trabalho marcada pela instabilidade e sempre compõem o quadro daqueles que executam atividades temporárias ou sem vínculos fixos.” (LARA, 2019, p. 4)

⁵ “A análise marxista da “lei geral da acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. (NETTO, 2001, p. 45)

significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relação de classe, geracionais, de gêneros e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruza, e tensionam na efetividade social. (NETTO, 2001, p. 49)

3 PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Considerando a questão social como o conjunto das contradições entre capital e trabalho sendo, portanto, inerente ao processo de acumulação e reprodução do capitalismo, se faz necessário analisar as particularidades - históricas, políticas, econômicas e sociais - que a acumulação capitalista assumiu historicamente no Brasil em relação desenvolvimento do capitalismo a nível mundial. Dessa forma, para que haja a compreensão dessas determinações particularidades, é fundamental a compreensão do processo de formação sócio-histórica do continente latino-americano.

Nessa lógica, para analisarmos como o processo de acumulação se deu de maneira particular na América Latina, recorreremos a Eric Williams o qual nos mostra a partir do livro *Capitalismo e Escravidão*, como o colonialismo e a escravidão nas Américas foram fundamentais para o processo de acumulação primitiva e consequentemente para o desenvolvimento do capitalismo. Williams apresenta como foi possível, pelo comércio triangular, gerar um dos principais fluxos de acumulação de capital, os quais financiaram as revoluções na Inglaterra (WILLIAMS, 2012):

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais. (WILLIAMS, 2012, p. 90)

Sendo assim, o comércio triangular criou um estímulo triplo para a indústria britânica, pois ele aumentava a demanda de produtos manufaturados - para África e para exportação das colônias - gerando então um novo mercado inesgotável de escoamento dos produtos europeus (WILLIAMS, 2012). Dessa forma, a triangulação dos

mercados possibilitou que algumas indústrias se destacassem com a triangulação dos mercados, como a indústria naval, as cidades portuárias, a indústria de ferro e determinados produtos manufaturados.

Contudo, para atender tamanha demanda era necessário que o tráfico de escravos se desenvolvesse como um dos maiores comércios da Europa. Os escravos negros eram fundamentais para o desenvolvimento comercial da Inglaterra, pois o tráfico se manteve até o século XVIII como objeto principal da política externa britânica (WILLIAMS, 2012)

Nesse sentido, é no capítulo 24 do livro *O Capital - A assim chamada acumulação primitiva* - que Karl Marx ao analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo, vai girar seu olhar para as colônias nas Américas e África ao mostrar a relação dialética de como a colonização gerou a acumulação primitiva necessária para consolidação do modo de produção capitalista:

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coudada para a caça comercial de peles-negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-se-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco. (MARX, 2006, p. 864)

Dessa forma, a fase do desenvolvimento capitalista chamada de acumulação primitiva imprimiu não somente uma posição para as sociedades latino-americanas no contexto de consolidação do capitalismo, mas também determinou toda a sua formação social e econômica, causando impactos, determinações e contradições internas que vão configurar elementos da questão social na América Latina e Brasil.

Com a escravidão e o aumento do tráfico negreiro, se estabelece uma relação dialética e antagônica acerca das relações de trabalho que se constituíram, no mesmo período histórico, entre as colônias na América e as metrópoles na Europa. Clóvis Moura em seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, mostra como o trabalho escravo nas colônias possibilitou o desenvolvimento do trabalho livre na Europa.

O modo escravista de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição

indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro, e se completavam. (MOURA, 2014, p. 66)

É nessa lógica que Moura vai apresentar em sua obra sobre os aspectos principais que ligam a escravidão com o caráter dependente do estado brasileiro. Ele mostra essa relação por meio do processo concomitante entre a modernização e o endividamento que o Brasil começa a apresentar mais particularmente durante o século XIX. Contudo, essa modernização, a qual irá ocorrer em diversas dimensões da sociedade brasileira - cultural, tecnológica, econômica - sem mudança social, não altera o escravismo e a estrutura das relações sociais advindas da escravidão. (MOURA, 2014)

O estado utilizou-se de mecanismos estratégicos para sustentar esse processo de modernização conservadora. Dentre esses: A Tarifa Alves Branco (1844), a Lei de Terra e a Lei Euzébio de Queiróz. Além disso, o estado atuou como aparelho de dominação ideológica na rejeição social e étnica das populações que faziam parte da sociedade brasileira (MOURA, 2014). Mostrando, portanto, rasgos fundamentais que se apresentariam como elementos da questão social posteriormente.

Assim, de forma particular se desenvolve o estado brasileiro, a partir da permanência de estruturas arcaicas e da preservação dos interesses de velhos poderes da sociedade colonial. A transição do colonialismo para o capitalismo no Brasil, se deu de forma a atender aos interesses internacionais.

Portanto, é nesse contexto particular que está inserida a questão social brasileira. A herança colonial marcada por mais de três séculos de escravismo e colonialismo, que estrutura as relações econômicas, sociais e ideológicas do Brasil, nos oferece elementos para compreensão das particularidades da “questão social” brasileira:

A relação intrínseca entre racismo atual e capitalismo é uma tese que traz importantes esclarecimentos. Os capitalistas agrários e industriais, em nosso país, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, a meu ver, constitui uma reserva da reserva. Classificar as pessoas segundo cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados. (GORENDER, 2016, p. 223)

4 CONCLUSÃO

A “questão social” é constituída por particularidades históricas, sociais e econômicas que expressam os processos singulares de constituição do capitalismo em diferentes sociedades, mas tem em sua gênese a contradição entre capital e trabalho, a produção coletiva e apropriação privada da riqueza social, o que deixa claro que a exploração e miséria são pilares desta sociedade, e não anomalias ou consequências naturais do desenvolvimento humano.

Ao analisar o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, é necessário colocar em evidência aspectos da formação sócio-histórica do país em relação às formas particulares em que se desenvolveu. Aqui, a “questão social” é nutrida pela herança colonial e escravista, e a classificação racial normatiza a produção e reprodução da vida social em todos os âmbitos, materiais e espirituais. Estes mecanismos evidenciam a constituição da superpopulação relativa brasileira hoje, que é majoritariamente negra e pobre e nos remonta à origem da classe trabalhadora no país.

Longe de finalizar as reflexões sobre a temática e concordando com Lara, conclui-se que a acumulação primitiva é uma importante chave de entendimento para os estudos sobre a “questão social” brasileira (2019, p. 5), e que as expressões devem sempre ser analisadas a partir do movimento da luta de classes, da disputa entre seus inconciliáveis interesses e projetos societários.

REFERÊNCIAS

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

LARA, R. Acumulação capitalista e “questão social” nos limites de suas especificidades. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luis. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis: UFMA, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. Livro I. São Paulo: Abril, 1988.

MARX, Karl. Capítulos XXIII A Lei Geral da Acumulação Capitalista; XXIV A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: _____. MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas)

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.